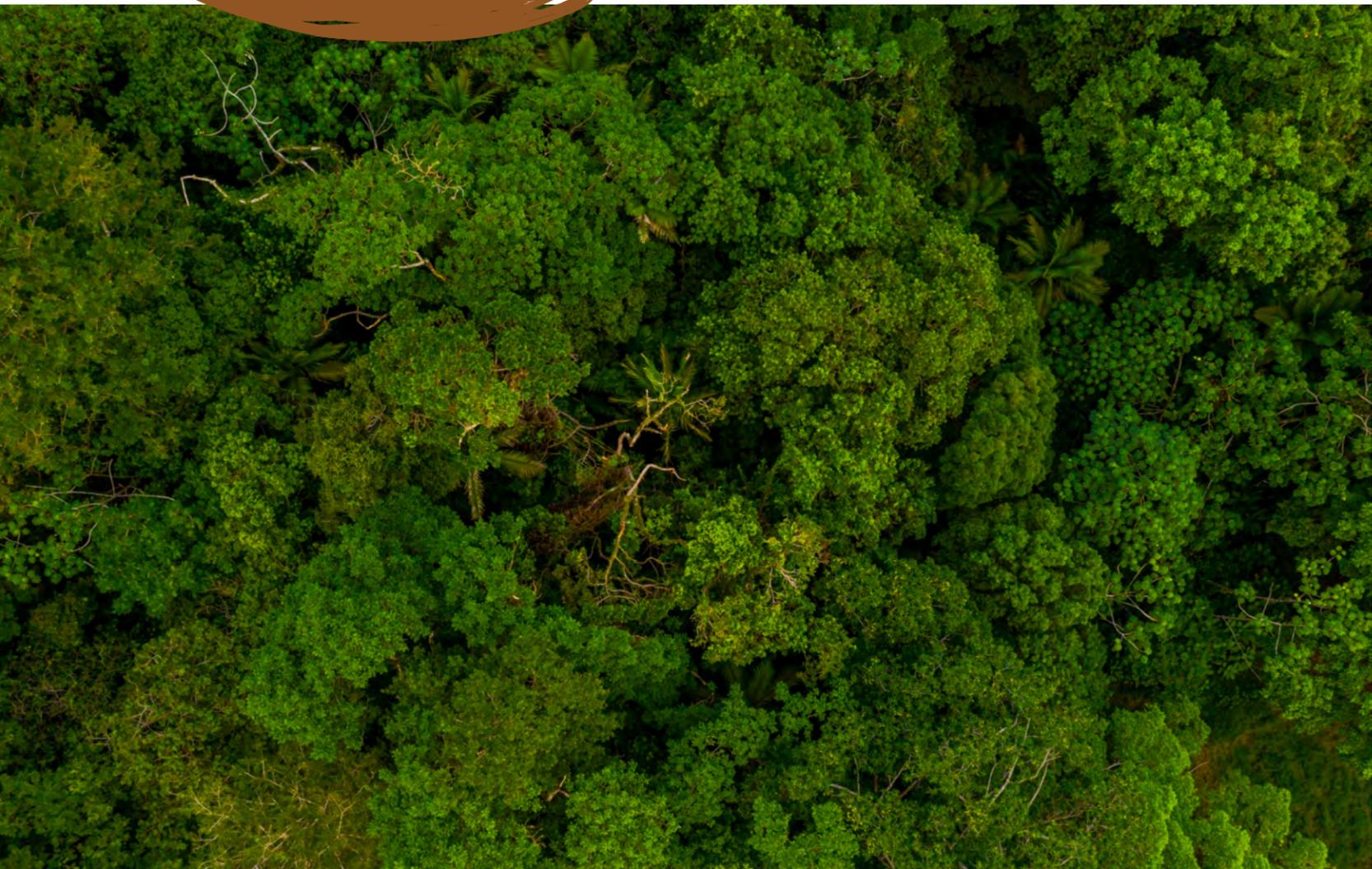


GRUPO DE TRABALHO 4

Conflitos Socioambientais em Áreas Protegidas



MÉTRICA DE AMEAÇA NO APOIO AO MONITORAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS PRIORITÁRIAS PARA INTERVENÇÃO NA AMAZÔNIA

PRADO F (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas - pradoff@ipe.org.br), SOARES N (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas), DIAS LLSS (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas), UEZU A (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas), JENKINS C (Florida International University), SHIRAI H (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas), PELLIN A (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas)

Palavras-chave: Áreas Protegidas; Ameaças; Unidades de Conservação; Terras Indígenas; Monitoramento.

Apesar da importância das áreas protegidas da Amazônia, existem muitas ameaças que colocam em risco seus objetivos de criação, valores e serviços gerados. O Projeto LIRA/IPÊ abrange 86 áreas, sendo 43 UCs e 43 TIs, com o objetivo de ampliar sua efetividade da gestão. Para a melhor compreensão do contexto de ameaças do território, e apoio ao planejamento e avaliação do Projeto, foi definida uma métrica de ameaça contemplando: área desmatada, presença de mineração legal e ilegal, distância de pólos madeireiros, desmatamento no entorno, estradas e densidade de focos de incêndio. Cada variável foi padronizada para um intervalo entre zero (máxima ameaça) e sete (mínima ameaça). Os valores obtidos variaram de 2,65 para TI Batovi a 6,1 para as TIs do Alto e Médio Rio Negro I, sendo que 67% das áreas tiveram valores abaixo de 4,5. Dentre as áreas menos ameaçadas (índice > 5) se destacaram a ESEC Grão Pará, REBIO Maicuru, PARNA Jaú, RESEX Unini, RDS Amanã, TIs Paru d'Este, Médio Rio Negro I e II, Alto Rio Negro, e aquelas da região do Norte do Pará e do Alto e Baixo Rio Negro. Já dentre aquelas sob maior ameaça (valores < 3,5) estão: TIs Batovi e Kuruaya e REBIO Serra do Cachimbo, na região do Xingu; PAREST Guajará-Mirim e TIs Zoro e Sete de Setembro, em Rondônia; e a TI Tenharim Igarapé Preto, no sul do Amazonas. Esses valores estão fortemente relacionados à localização e grau de isolamento dessas áreas e indicam que, para alguns territórios, investimentos na ampliação da efetividade de gestão precisam estar correlacionados com estratégias de redução das ameaças. Destaca-se que em contextos de maiores ameaças aumenta também a vulnerabilidade das comunidades locais, reforçando a necessidade de ações voltadas à garantia de direitos e estimulando a gestão participativa nesses territórios.